

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M F DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente
BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo
MAURO GUIMARÃES — Diretor
FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe
MARCOS SÁ CORRÉA — Editor
FLAVIO PINHEIRO — Editor Assistente
JOSÉ SILVEIRA — Secretário Executivo

ECONOMIA BRASIL

Ciranda Improdutiva

VOLTAM as taxas de juros a subir nas pontas de captação e aplicação de dinheiro, ameaçando devolver o país a um quadro que se supunha extinto pelo Plano Cruzado: o da ciranda financeira na qual a moeda girava sem finalidades produtivas, embalada pelas ilusões da correção monetária e de uma elevada inflação.

O crédito para capital de giro nos grandes bancos já passou de 80% mais impostos, ou de 85% se lastreado em promissórias, com os preços do dinheiro empurrados para cima pela alta das taxas de captação dos Certificados de Depósitos, tanto no mercado à vista quanto no mercado futuro.

É preciso que o Governo atue com firmeza para impedir que a ciranda se reinstale e que os velhos interesses em sua manutenção terminem por solapar as fundações de estabilidade e desenvolvimento que este país precisa preservar. Mas é preciso, também, que se afastem as causas reais da alta das taxas de juros, sem abrir espaço para a demagogia que atira apenas nos efeitos, escondendo as causas profundas dos problemas.

Quem realimenta, em resumo, a alta das taxas de juros? O dinheiro não existe no vácuo e reflete vários fatores aos quais, dependendo da corrente e coloração dos economistas ou doutrinas econômicas, atribuem-se pesos maiores ou menores. No caso brasileiro está suficientemente claro que o Plano Cruzado obrigou toda a sociedade a uma rápida reciclagem de hábitos, gastos e costumes, menos o setor público. Se existem contas descontroladas na República, elas estão nos bancos estaduais, que trabalham aos custos mais elevados de todo o sistema econômico, ou estão nas autarquias e nas empresas públicas em geral, para não falar nos subsídios remanescentes.

Qual, por exemplo, a empresa privada que apresentaria a esta altura um orçamento para 1987 prevendo inflação zero? Pois inflação zero é o que estimam as empresas estatais em suas projeções para 1987, segundo revela o titular da Secretaria Especial de Controle das Estatais (SEST), ao lado de uma confissão de defasagem de 10 até 60% nas tarifas cobradas pelo setor.

Numa economia como a brasileira, onde o Estado desempenha um papel fundamental como fornecedor de produtos de base e serviços, do aço ao petróleo, dos portos às telecomunicações, da energia elétrica aos correios, a contenção de tarifas e preços administrados é de grande relevância para que o setor privado possa, também, conter os seus próprios preços.

Mas essa atitude passa a ser perniciosa se o Estado não aumenta sua eficiência e não reduz os seus custos, cobrando subsídios para continuar de pé. Como os subsídios não são gerados num vácuo, eles requerem o aporte de recursos do Tesouro, que vai apanhar o dinheiro emprestado no sistema financeiro ou transfere verbas de um lado para outro do Orçamento.

Um dos mais trágicos exemplos da capacidade da máquina burocrática para subverter os esforços do Presidente em reconduzir a economia a um ritmo mais saudável está no desvio do dinheiro arrecadado através do Fundo Nacional de Desenvolvimento — o FND. Todos se recordam da filosofia que foi produzida para justificar os empréstimos compulsórios sobre a gasolina e as vendas de automóveis, ou o compulsório sobre passagens e câmbio.

O FND, em sua concepção original, deveria ser uma grande caixa para investimentos de longo prazo, capazes de gerar novas riquezas, como importante fonte de capital fixo. Ainda quando abaixo das expectativas, o compulsório já gerou cerca de Cz\$ 6 bilhões, o que equivale a quase metade do total das emissões de ações novas lançadas no mercado até julho/agosto deste ano. O dinheiro foi depositado numa conta especial do Banco Central e, obviamente, está sendo usado na caixa única que serve à União, em última análise, para cobrir déficits públicos. O que poderia ser dinheiro girando na atividade privada produtiva transformou-se em dinheiro estéril.

Com as taxas em alta, a opinião pública concentra-se no custo do dinheiro no crédito ao consumidor, ou na promissória, esquecida de que o Banco Central está administrando taxas básicas na venda de dinheiro às instituições financeiras, cobrando 3,45% ao mês. Considerando-se a inflação embutida nessas taxas, é o próprio Governo, portanto, que está sinalizando uma taxa de juros já superior a 45% ao ano nos seus patamares mais baixos e com mais vantagens fiscais.

O Banco Central, nesse caso, age corretamente ao usar a política monetária para desaquecer o consumo exacerbado. Mas o produto líquido de uma estratégia monetária sem o apoio da política fiscal e do realismo nos preços poderá ser indesejável. Não pode a política monetária sozinha fazer tudo o que é preciso para corrigir os desvios em que a economia do Cruzado ameaça desembocar. Pior que isso, a psicologia dos juros altos é uma tentação para os amigos da Correção Monetária, que se encontram principalmente dentro de empresas públicas falidas, as quais geravam ganhos financeiros à custa de empréstimos subsidiados ou transferências camufladas de dinheiros públicos. Os grandes amigos da imperfeição que gerou a ciranda financeira continuam escondidos nessas empresas que resistiram aos ajustamentos do cruzado e contam, seguramente, com vitórias populistas nas eleições deste mês para garantir sua sobrevivência, com mais estatização. Os demagogos são grandes aliados da ciranda financeira, pois ela permitiu não só que os especuladores enriquecessem, mas ainda que a estatização crescesse, pois as empresas públicas não eram julgadas pelo seu desempenho produtivo, e sim por balanços irrealis.

Para que a ciranda financeira não volte, é preciso, portanto, que o governo reduza os gastos estatais e pare de pressionar a economia com um apetite insaciável de recursos, cujos reflexos são claros e inquestionáveis nas taxas de juros em ascensão.